

Mudança de atitudes e inclusão da pessoa com deficiência

*Francisco Nuncio Cerignoni **

A vida de exclusão das pessoas com deficiência inicia-se, muitas vezes, dentro da própria família. Quando a família aceita com naturalidade a presença de uma pessoa com deficiência, essa pessoa também aceita e supera com naturalidade sua deficiência, quando não, gera abandono e isolamento no seio familiar, por um lado, ou a superproteção, por outro. A exclusão continua nas brincadeiras infantis, pelo preconceito existente na sociedade e expresso pelas crianças. Aprofunda-se na impossibilidade do acesso à escola ou no pouco tempo de permanência nos bancos escolares, que compromete a formação profissional, repercutindo na obtenção de trabalho e renda. Continua na idade adulta, com a impossibilidade de constituição e manutenção de uma família. E, termina com o abandono na idade avançada.

É um roteiro de exclusão.

Tendo em vista toda a análise da realidade da vida das pessoas com deficiência, motivada pelo Tema “Fraternidade e pessoas com deficiência”, iluminada pelo Evangelho e pelo compromisso cristão da Solidariedade, a Campanha da Fraternidade deste ano propõe algumas mudanças de atitudes.

Primeiro, entender a deficiência como uma diferença, assim como há pessoas gordas/magras, brancas/negras, calvas/cabeludas, etc; há pessoas com deficiência/sem deficiência; por isso a deficiência não deve ser entendida como doença, a deficiência não é contagiosa; nem entendida como fatalismo, “Deus quis assim!”; nem como maldição ou pecado da pessoa ou da família; nem entendida como incapacidade.

Depois, entender a deficiência como uma questão social, que envolve todos nós; não como uma questão individual, só da pessoa com deficiência. O que causa incapacidade é a não adequação dos ambientes e a adequação deles depende de cada um de nós, depende de todos. Olhar antes de tudo a PESSOA, filho/a de Deus, com dignidade de ser humano e direitos, com suas necessidades e potencialidades, e não a deficiência que ela possui.

Entender que a inclusão social das pessoas com deficiência é responsabilidade de todos; por isso é dever ético e moral promover a equiparação de oportunidades – isto é, adaptar os sistemas da sociedade – o meio físico, a comunicação, o transporte público, os locais de cultura e lazer, os ambientes esportivos, etc. – para que sejam tornados disponíveis para todos; é dever também promover a acessibilidade – isto é, que todas as pessoas possam utilizar, com segurança e autonomia, de todos esses sistemas da sociedade.

A plena participação e cidadania das pessoas com deficiência é uma antiga reivindicação desse segmento e está expressa no lema adotado para o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em 3 de dezembro de 2004 – “Nada sobre nós, sem nós”, isto é, em todos os assuntos que dizem respeito às pessoas com deficiência, queremos que nossas opiniões e necessidades sejam levadas em consideração.

Entender que os objetivos das Políticas Públicas para esse segmento da sociedade passa pela garantia dos direitos e pela inclusão social; passa também pela desconstrução da desqualificação e do preconceito, isto é, perceber que a pessoa com deficiência não é um ser inútil, mas um ser humano repleto de qualidades e talentos, que se manifestam não só na cultura e nas artes, mas também nas atividades produtivas e na vida diária; passa ainda por dar poder à pessoa com deficiência, isto é, possibilitar que as pessoas com deficiência possam decidir sobre a construção de sua própria história; e passa, finalmente, pelo rompimento do pressuposto da “normalidade”, isto é, não adotar um padrão único de solução para a infinidade de necessidades da população.

Por último, entender que a realização de Políticas Públicas de inclusão social deve priorizar: a) a participação das pessoas com deficiência, através da criação e fortalecimento de conselhos municipais e estaduais de Defesa de seus Direitos; b) as ações de prevenção das deficiências, através de campanhas permanentes; c) a educação inclusiva, preferencialmente nas escolas regulares, evitando a segregação, os medos, os complexos e os preconceitos; d) a acessibilidade, eliminando as barreiras arquitetônicas, adaptando o transporte coletivo e implementando um sistema de comunicação inclusiva para as pessoas cegas (sistema Braille) e para as pessoas surdas (Libras – língua brasileira de sinais) e outras; e) a promoção da dignidade com ações voltadas para a geração de emprego e renda.

Esse é um roteiro para inclusão

Das pessoas com deficiência em nosso meio.

* Francisco Nuncio Cerignoni, (Chico Pirata), 56,

Eng. Agrônomo pela ESALQ/USP, é autor do livro “Deficiência: uma questão política?”, pela Editora Paulus; participou da elaboração do Texto-base da CF 2006; é pessoa com deficiência – seqüela de poliomielite desde os 9 meses de idade; é assessor do Deputado Federal João Herrmann Neto (PDT/SP); foi Coordenador do Bem Estar Social da Prefeitura do Município de Piracicaba (1977/80); Diretor do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Deficiente – CEAPD/SP (1984/88); Coordenador Intercontinental da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (1995/2005).